

#representação e movimentos populares no século XXI: a aproximação brasileira dos casos internacionais durante os protestos de junho de 2013

Pedro Torreão Sá de Almeida ¹

Resumo

O presente artigo trata das aproximações entre os movimentos globais da primeira década do século XXI e os protestos brasileiros de junho de 2013. São abordadas questões como a mudança na representação a partir da relação com as mídias sociais e o papel da política tradicional no novo ambiente social, considerando autores clássicos e contemporâneos, como Touraine, Castells e Žižek, que examinam movimentos culturalmente diversos em uma nova lógica de ação.

Palavras chave: movimentos sociais, sociologia política, representação, mídias sociais, globalização.

Abstract

Abstract

The article discusses the similarities between the global movements that occurred during the first decade of this century taking as a point of comparison the Brazilian protests that occurred in June 2013. It will address issues such as change in representation based on the relation with social media and the role of traditional politics in the new social environment. Analyzing classic and contemporary authors, as Touraine, Castells and Žižek, which examines culturally diverse movements within a new logic of action.

Keywords: social movements, political sociology, representation, social media, globalization.

¹Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Introdução

Para entendermos os movimentos sociais que aconteceram pelo mundo desde 2011, temos de considerar as novas formas de organização. Redes foram criadas e desenvolvidas com o intuito de debater questões pertinentes à sociedade em que estavam inseridas. A maioria desses movimentos veio na esteira de uma crise econômica global que trouxe consigo uma crise de representações, pondo em xeque os pilares da democracia representativa.

Mais do que uma luta por demandas específicas e estruturadas em um programa claro, esses movimentos têm como ponto central a ênfase nos meios de modificação de uma cultura baseada no indivíduo e sua independência em relação às instituições políticas que constituem a sociedade.

A palavra de ordem desses novíssimos movimentos sociais é autonomia, construída e demandada de diferentes maneiras, estando relacionada

ao ambiente em que foi debatida e podendo ser elaborada por meio de demandas de cidadania em diversos níveis. O próprio conceito de cidadania, tratado por Marshall (ver PROCACCI, 2006: 350), pode ser problematizado como uma força a mais na luta tanto contra a diminuição dos direitos sociais – trazendo assim uma busca por patamares que já foram alcançados no passado, como os exemplos europeus e o norte-americano – quanto pelo aumento gradativo desses direitos em uma sociedade que ainda tem déficits, como a brasileira, e que busca exigir ampliação e melhor aplicação, por exemplo.

Este artigo tem como ponto central apresentar esses movimentos localizados no século XXI e posicioná-los de maneira relacional à construção do movimento no Brasil em junho de 2013. Até que ponto esses movimentos se encontram e se diferenciam considerando suas realidades específicas? Mais do que um novo fim, novos meios foram criados para intermediar

as relações entre os indivíduos e a política no mundo, baseados em novas crenças que põem à parte a construção e a reutilização de velhas hierarquias clássicas na esquerda mundial.

360° nos movimentos

A partir de 2011, percebemos uma formação global de movimentos que, a despeito de seus diferentes objetivos centrais, partilham diversos aspectos e formas de agir diante de seus problemas regionais. Observamos que o início do movimento surgido no Norte da África tinha como principal objetivo a emancipação democrática, baseada em liberdade de expressão e no fim de regimes ditatoriais, enquanto na Espanha a luta se centralizou na democracia de forma direta por meio da crítica de uma representatividade política. Os Estados Unidos e a Grécia se diferenciam de modo bastante sutil em seu cerne, mesmo tendo formas de agir diferentes; enquanto o primeiro, com base no mercado, age

por meio da crítica ao mercado financeiro, o segundo se opõe diretamente às escolhas econômicas estabelecidas pelo centro político nacional, subjuga-das à política da União Europeia. Os movimentos latino-americanos, em especial o chileno, se voltaram para uma crítica do Estado em relação às políticas públicas direcionadas para a educação.

Mesmo assim, podemos identificar diversos pontos de convergência entre esses movimentos específicos. Inicialmente, percebemos a formação de uma tríade, estabelecida pelo historiador Henrique Soares Carneiro, na forma de agir desses movimentos:

Em todos os países houve uma mesma forma de ação: (1) ocupações de praças, (2) uso de redes de comunicação alternativas e (3) articulações políticas que recusavam o espaço institucional tradicional. (2012: 8).

Cada movimento, em virtude de seu caráter próprio, deu mais ênfase a

um elemento ou a outro, mas não abdicou de usar os três ao mesmo tempo. A ocupação de praças e de espaços públicos teve mais expressão nos movimentos norte-americanos, nos quais sua concretização se deu em tempo integral. O uso de redes alternativas de comunicação, como o Facebook ou o Twitter, teve importância central em todos os movimentos. Além disso, foi simbolicamente importante na Primavera Árabe, em razão das restrições de liberdade de expressão em meios convencionais nos países envolvidos. As articulações políticas inovadoras tiveram espaço privilegiado no movimento espanhol, com a formação dos Indignados (15-M) e sua ideologia alicerçada na "Democracia Real Já!", estabelecendo assim uma crítica à representatividade política local.

Da perspectiva de crise da representatividade política, o psicanalista e crítico social esloveno Slavoj Žižek tece uma relação entre a construção da vida cotidiana e as novas formas de manifestação. Para o pensador,

o fim da utopia não foi determinado pelo desabe da União Soviética, mas sim pela crise de 2008 e pelo fim da credibilidade completa no livre mercado:

Após a terceirização do trabalho e da tortura, após as agências matrimoniais começarem a terceirizar até os nossos encontros, os manifestantes perceberam que por um longo tempo permitiram que seus compromissos políticos também fossem terceirizados – e que-rem-nos de volta. (ŽIŽEK, 2012: 18).

O sociólogo Giovanni Alves descreve esses movimentos como uma "contingente crítica radical do capitalismo como modo de produção da vida social" (2012: 36), mas não de forma estrutural em relação à crítica capitalista.

Considerando esse quadro global, os movimentos brasileiros de junho de 2013 nasceram tardiamente, mas apresentaram expressivo número de manifestantes e significativa aceita-

ção popular. As demandas de representação e a crise de delegação e de representatividade, de modo conjuntural, foram a tônica do debate nacional. A ausência de crise financeira de proporções gigantescas no Brasil, contrariando o que ocorreu nos países citados anteriormente, fez com que o debate fosse estabelecido com base em uma instrumentalização clara, sendo construído por meio de demandas como o passe livre, a retirada da proposta de emenda constitucional 37/2011 (PEC 37) – que limitaria o poder de investigação do Ministério Público em relação à corrupção – e melhorias no setor público, como escolas e hospitais, sendo tudo isso alimentado pelos gastos públicos com a Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa).

Ao longo deste artigo, são demonstradas formas sincrônicas e diacrônicas entre os movimentos em escala global, partindo de conceitos como autonomia, cidadania, representatividade e delegação, e reformas que

foram pautadas em diferentes partes do mundo, sendo o ponto central de análise a construção do movimento brasileiro em relação aos demais movimentos globais. O que nos aproxima ou nos distancia desses movimentos sociais?

Autonomia nos movimentos globais

Segundo a teoria das redes do sociólogo espanhol Manuel Castells (2013), os novíssimos movimentos sociais são construídos em um espaço público híbrido, considerando as redes sociais associadas à internet e os Social Network Sites (SNS), bem como as comunidades urbanas criadas por meio dessas formas de relacionamento, como os acampamentos em Madri e em Nova York ou as amplas manifestações no Egito ou no Brasil. Essa dupla formação do espaço público é caracterizada pela passagem dos lugares para os fluxos nesse padrão de comunicação multimodal baseado em relações on-line, realizadas na internet, e off-

line, estabelecidas nas ruas e nas relações interpessoais diretas.

A relação da autonomia é baseada no preceito fundamental segundo o qual não há intermediários entre a opinião pessoal do manifestante ou dos grupos e as instituições que têm o papel de homogeneizar as opiniões de diferentes pessoas em um único consenso. Ou seja, opiniões semelhantes são organizadas em uma rede de indignação, construindo uma união baseada nas diferenças, e não somente na aceitação tácita de modelos de construção e de agendas políticas unificadas. A autonomia vem do processo de individuação, colocando o indivíduo no centro do debate, e não mais seu coletivo:

Autonomia refere-se à capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses. A transição da individuação para a autonomia opera-se por meio da constituição de

redes que permitem aos atores individuais construir sua autonomia com pessoas de posição semelhante nas redes de sua escolha. (CASTELLS, 2013: 168).

Mesmo sendo um tanto abstrato, esse modelo de construção de autonomia foi e é o cerne da agenda de movimentos como os Indignados (M-15) da Espanha ou o Occupy Wall Street (OWS) nos Estados Unidos. A organização desses movimentos teve início com assembleias gerais diárias e grupos de trabalho, em áreas específicas, que buscavam construir suas posições baseados em consenso pleno, considerando o direito à voz algo central nesse processo, estabelecido no movimento espanhol como o exemplo de democracia real, direta e sem a tão famigerada representatividade ou delegação que está em crise nos movimentos. É difícil encontrar líderes diretos nesses espaços. Mesmo despondendo representantes nos momentos propícios, o caráter de horizontalidade é norteador das ações.

Esse processo de autonomia, por mais que seja uma tendência global, não se expressou da mesma forma em todos os lugares. Ao contrário dos exemplos citados, nos quais a autonomia se dá de maneira coletiva e ao mesmo tempo externa ao próprio movimento, uma vez que é construída e praticada para além do movimento específico, alguns casos tiveram demandas claras e difundidas entre os participantes e os coletivos em um espaço maior. Podemos utilizar o exemplo dos protestos de junho no Brasil e seu gatilho inicial, o Movimento Passe Livre (MPL) na cidade de São Paulo, que, depois do ganho de causa – a revogação do aumento de vinte centavos na tarifa do transporte público –, se retira do cenário dos protestos pela não identificação com boa parte das demandas individuais dos demais integrantes das manifestações. Isso não demonstra que o MPL é anacrônico em relação aos demais no restante do mundo, mas que existia uma racionalização

clara, em que o protesto e as manifestações públicas eram um meio para atingir determinado e claro fim: fazer com que o governo paulista voltasse atrás em sua posição sobre o aumento das tarifas do transporte público.

Podemos dizer o mesmo em relação à maioria dos movimentos iniciados no Norte da África e no Oriente Médio. Guardadas as devidas proporções, esses movimentos tinham como fim específico a queda de seus ditadores e a luta contra o aumento do preço da comida e o elevado desemprego entre os jovens, em especial aqueles com ensino superior. Esses exemplos denotam a presença de uma racionalidade econômica em que existem meios para atingir certos fins. Os movimentos, vindos especialmente da Espanha e dos Estados Unidos, viam a construção desses meios como um fim em si, a transformação das mentalidades e formas culturais de lidar com a representação e a delegação política, exigindo com base nisso um novo apelo democrático, construído em

uma autonomia que vai além dos acampamentos ou das deliberações internas ao movimento. Uma nova construção democrática é necessária para o advento de uma sociedade menos desigual tanto em níveis econômicos quanto na distribuição do poder, por meio da voz da população na tomada de decisões importantes para a sociedade em que vive.

De acordo com Castells,

o verdadeiro objetivo desses movimentos é aumentar a consciência dos cidadãos em geral, qualificá-los pela participação nos próprios movimentos e num amplo processo de deliberação sobre suas vidas e seu país, e confiar em sua capacidade de tomar suas próprias decisões em relação à classe política. (2013: 173).

Esse processo de autonomia externa não pode ser verificado nos movimentos do Norte da África ou do Brasil. O processo de construção de novas mentalidades baseado nessa autonomia que se move para fora do movimento não ocorreu com a mesma

força nesses locais. No Brasil, em vários momentos durante os levantes de junho de 2013, houve um leque de demandas que não podiam ser colocadas em um único pacote que representasse o movimento, fazendo parecer, em certos casos, com um movimento de protesto, e não com um movimento social propriamente dito. Esse debate traz à tona a questão da representação e da delegação e sua crise ao redor do globo nos últimos anos.

Representação e delegação: crise e diferenças

Um dos pontos centrais dos novíssimos movimentos sociais é a questão da crise das representações políticas tradicionais na sociedade. Em todos os movimentos que aconteceram pelo mundo, houve uma crise de legitimidade das representações políticas; quando mais, houve até uma crise da democracia representativa como modelo para a superação das dificuldades vividas no dia a dia da população.

As críticas vêm na esteira de um grave processo de crise financeira que afetou a maioria dos países envolvidos. Nos Estados Unidos, houve grande processo de precarização da máquina estatal, tendo de ocorrer cortes e, assim, flexibilizando uma mínima base de bem-estar social presente. O mesmo se deu de forma ainda mais pesada na Europa. Países como Portugal, Espanha e sobretudo a Grécia se viram forçados a implementar medidas de austeridade para a manutenção na zona do Euro. No Norte da África, o preço dos alimentos, em especial do pão, cresceu exponencialmente, tirando o que restava de estabilidade social na região (FREIRE, 6/3/2011).

As redes de indignação estavam formadas, mas, mesmo sendo um quesito essencial, não são fator único para a formação de movimentos sociais da magnitude dos que ocorreram. São as redes de esperança os fatores necessários para essa construção. As redes de esperança são caracterizadas como a

superação do medo do embate público por meio do exemplo de melhorias em outros locais. No Norte da África e na Europa, em especial na Tunísia e na Islândia – países que mostram que os movimentos sociais deram certo –, os exemplos estimulam novas redes de esperança em outros países (CASTELLS, 2013).

O caso da Islândia é essencial para o debate sobre a crise de representações políticas tradicionais. O pequeno país sofreu uma profunda crise quando os bancos privados criaram um esquema de valoração de suas ações entre eles, gerando um grave problema social. A partir desse momento, a população se indignou contra o sistema financeiro do país e contra sua relação com a política local, que foi conivente com a ação dos bancos. Sendo assim, durante as eleições, houve um apoio maciço ao partido social-democrata local, que acabou por criar um referendo sobre salvar ou não os bancos. A proposta aceita foi que eles não deveriam ser salvos e que a

população não poderia ser penalizada por uma irresponsabilidade alheia. Fora isso, foi criada uma nova constituição com a participação da população por meio do envio de sugestões de forma on-line e off-line. Essa constituição é conhecida hoje como WikiConstituição, em referência à enciclopédia digital Wikipedia, construída pelos usuários, ou seja, a partir de uma rede de crowdsourcing (SIDDIQUE, 9/6/2011).

O exemplo da Tunísia (REDAÇÃO IHU, 31/3/2011) foi extremamente representativo para o Norte da África e o Oriente Médio; uma ditadura foi derrubada com a ajuda da criação de redes, facilitada pelo uso de sites pessoais como o Facebook e o Twitter. Cabe ressaltar que o país está entre os mais conectados à internet do mundo árabe. Com a queda do presidente Zine el-Abidine Ben Ali – no cargo desde 1987 –, a esperança da ocorrência de algo parecido começou a crescer em países com histórias similares à

da Tunísia e que buscavam um montante de demandas claras como forma de melhoria e de expansão dos direitos.

Nesses dois exemplos, existe claramente uma crise de representatividade. Em alguns casos, o alvo pode ser o próprio modelo de democracia representativa; em outros, uma crise por falta de democracia direta que vai além de eleições, passando por um modelo que envolve uma cultura específica, como podemos ver nos países árabes que tinham líderes que consideravam o próprio Alcorão como princípio constitutivo, por serem ligados e sustentados militar e ideologicamente por nações de potências como os Estados Unidos e a França, ou até direitos básicos, como a alimentação, que foi o estopim da crise no Norte da África, por ter seus preços afetados pela crise financeira mundial de 2008.

O que vemos nessas sociedades é o que Castells (2013) chama de “déficit democrático”, uma crise da legiti-

midade política em geral que, por consequência, se associou à crise do capitalismo especulativo. A partir desse ponto, podemos traçar diferenças entre os movimentos mencionados e o Brasil. No caso brasileiro, não houve um momento muito grave de crise financeira nos últimos anos. Mesmo havendo certa desaceleração da economia, os resultados não reverberaram no interior da casa das pessoas. A crise política brasileira não se associa diretamente ao modelo de democracia direta, mas a uma característica de crise de delegação. Por mais que haja grande insatisfação e desaprovação da classe política, o problema não foi amplamente pontuado como uma falha do sistema, mas sim dos mantenedores do sistema, dos delegados da democracia nacional.

Podemos entender, desse modo, a grande oferta de demandas específicas nos protestos, várias vezes individualizadas ou até massificadas contra alguém ou contra um grupo es-

pecífico de pessoas. Uma questão central permeou o debate dos protestos: a diferença entre apartidarismo e anti-partidarismo. Todo embate em torno do assunto traz como resultado algo bastante claro: a importância dos partidos políticos e de suas lideranças de base – sindicais, estudantis etc. – na construção política não só do país como do próprio éthos do manifestante. Os embates eram dados pela presença de certo partido ou organização estudantil, e, por medo de uma instrumentalização do debate, os culpados não foram indicados como o sistema democrático falho ou a representatividade em si, mas sim como atores que poderiam ser tanto uma pessoa de determinado espectro político ou de outro completamente diferente.

Temos como exemplo muito claro da defesa de um modelo democrático e institucional nacional a derrubada da proposta da presidente da República, Dilma Rousseff, por uma reforma política quase que imediata,

tanto na opção inicial, baseada em uma constituinte específica para o caso, quanto por meio de plebiscito ou referendo. O clamor popular parece, assim, estar ligado a uma crise de delegação, já que os representantes não são adequados, mas as formas de representação parecem satisfatórias. O apego às normas vigentes parece dar o tom ao jogo político nacional. Vale lembrar, porém, como são recentes nossa Constituição, datada de 1988, e nossa passagem para a democracia, ocorrida em 1985. Talvez um trauma político, como a ditadura militar, tenha criado esse apego, por parte da população brasileira, à democracia institucional e representativa no cerne da cultura política nacional.

Nesse ciclo de protestos nacionais, pouco foi discutido que tenha relação com um caminho democrático alternativo ou de poder mais direto do que o atual. Seria leviano pensar que eles não existiram, pois movimentos de rede on-line e off-line em relação

aos direitos urbanos na cidade do Recife (CORNILS, 30/5/2013), por exemplo, têm dinamizado o papel direto do cidadão no debate político da cidade, mesmo tendo falhas, como podem ser vistas em qualquer outro movimento social. Os mecanismos existentes são suficientes em relação a formas de controle da classe política, com exceção de alguns pontos bastante polêmicos, como o voto secreto no Congresso ou a punição efetiva por corrupção. Pontos de canal direto e mudança no modo de organizar e estabelecer a política não foram discutidos à exaustão, como financiamento de campanha, voto distrital, voto em lista ou até a importância de plebiscitos e de referendos constantes nas decisões que afetam diretamente os cidadãos em seu dia a dia.

Contudo, não podemos fazer desse debate global uma disputa entre "pior" e "menos pior". Nos Estados Unidos, os movimentos tiveram problemas semelhantes, como a polarização bipartidária do país; na Espanha,

houve falta de proposição clara na construção de alternativas reais para a própria democracia real que eles tanto esperavam; no Egito, um modelo militar foi introduzido como opção em relação ao modelo anterior, não mudando muito as formas de repressão ou até o mapa geopolítico do local. O que podemos considerar de maneira clara é que, no Brasil, houve instrumentalização do debate para determinados fins dentro do modelo democrático instituído, ao passo que, nos outros, os meios se tornaram fins em si mesmos, ou seja, não basta um modelo democrático para satisfazer uma multidão de pessoas excluídas; é necessária a inserção do indivíduo dotado de autonomia específica e inalienável no centro do debate.

Segundo Castells,

[...] a influência dos movimentos sociais sobre a política e os programas de governo depende amplamente de sua contribuição potencial para as agendas preestabelecidas dos atores políticos.

Isso contraria totalmente a principal crítica dos movimentos sociais em rede que estudei, referente à falta de representatividade da classe política, já que as eleições são condicionadas pelo poder do dinheiro e da mídia, e limitadas por leis eleitorais tendenciosas, elaboradas pela classe política em benefício próprio. (2013: 172).

Mesmo com diferenças claras, algo une todos esses movimentos sociais: a luta por cidadania, tema da seção seguinte.

Cidadania e movimentos sociais: construção coletiva

Do ponto de vista do paradigma clássico, os movimentos sociais são entendidos por meio da organização estrutural da sociedade, independentemente de a teoria ser europeia, baseada nos trabalhos marxistas – em geral divididos entre o jovem Marx e seus estudos sobre ideologia e alienação, e o Marx após 1850 e seus estudos sobre a acumulação do capital e processos de expropriação de mais-valia (GOHN,

2008b) –, ou norte-americana, baseada no funcionalismo, em que os movimentos sociais são claramente entendidos como um desbalanceamento na lógica da sociedade.

A escola norte-americana, que tem como fundador maior Talcott Parsons, estabelece a sociedade como um sistema que tende ao equilíbrio. Sendo assim, os movimentos sociais são vistos como desequilíbrios na organização societal. É importante perceber que ambas as formas de pensar ligam o sujeito diretamente à estrutura, seja pela divisão de classes, em Marx, seja por uma mudança social baseada em desajuste interno, em Parsons. A estrutura da sociedade está no centro da questão.

Mesmo as teorias mais avançadas do paradigma marxista, quando pensamos em sociedade de massa, por exemplo, não tratam a característica da fragmentação das lutas sociais, mas a estrutura em novas formas de socie-

dade, baseadas em termos como indústria cultural, para Adorno e Horkheimer.

A característica de divisão da sociedade em lutas próprias de grupos específicos é realizada de forma sistemática somente com a chegada das lutas sociais na década de 1960, sendo estas as dos estudantes, mulheres, negros etc. Esse modo de agir introduz a característica de autonomia dos movimentos de maneira definitiva; passa a não existir a necessidade de convergência estrutural na sociedade como forma de superação de suas dificuldades. A superação pode ser dada sem a necessidade da mudança social baseada na totalidade. Assim, a emancipação social é feita de modo próprio a cada grupo.

Esse ponto de vista é descrito pelo sociólogo francês Alain Touraine (1997) como movimentos culturais que se baseiam na própria individualidade como forma de superação. O maior exemplo de movimentos culturais na história são os religiosos, fundamentados em

si por meio da afirmação, e não da contestação:

A identidade não se constrói pela identificação com uma ordem do mundo, um grupo social ou uma tradição cultural, nem sequer com a própria individualidade. Forma-se, ao contrário, por "desidentificação", por um chamamento a si mesmo. (TOURAINÉ, 1997: 112-113 apud GOHN, 2008a: 110-111).

Entender a formação dos movimentos sociais a partir da década de 1960 é de suma importância para a análise dos movimentos de ocupação ocorridos no mundo, pois denotará um padrão de mudança ou de retorno, dada a pluralidade desse movimento.

Outro processo que tem estágio embrionário na década de 1960 é a globalização das lutas sociais. As barreiras territoriais desaparecem e, mesmo com as diferenças entre países e sociedades em seus respectivos movimentos – não podemos comparar diretamente os movimentos estudantis,

femininos ou raciais nos Estados Unidos e na América Latina, por exemplo –, cria-se uma unidade de luta e de experiências particulares. O movimento ambiental, como o Greenpeace, fundado em meados da década de 1970, é um bom exemplo de transnacionalidade criada pela globalização (BRYM et al., 2006). Essa característica globalizante e transnacional é central para os movimentos, mas acaba por conferir um novo sentido aos movimentos sociais difusos da pós-modernidade.

Em suma, os movimentos sociais evoluíram de uma dicotomia clássica entre trabalhadores e burgueses em um ciclo cada vez mais autônomo, com a criação de demandas de grupos específicos, os movimentos culturais, para uma dinâmica de autonomia individual que acabou por se unir, muito claramente, aos movimentos que estouraram em pleno século XXI, com demandas mais gerais, baseadas em escolhas, alocações e posicionamentos individuais.

As demandas por cidadania, porém, ainda são colocadas de forma muito diversa, tendo particularidades locais e culturais bastante específicas. Comparar as demandas cidadãos da população de dois casos típicos como a Islândia e a Tunísia é um trabalho árduo e que acaba por não se encaixar em sua totalidade.

No entanto, podemos ainda fazer análises clássicas de cidadania com base em modelos teóricos específicos, como o de T. H. Marshall (PROCACCI, 2006: 342), que divide a cidadania em três partes indissociáveis: o elemento civil, vinculado a questões ligadas à liberdade individual; o elemento político, ligado à participação no exercício de poder no seio da sociedade; e o elemento social, que está relacionado a um direito de bem-estar e à redução do fosso de diferenças entre as classes sociais.

Essas três demandas podem ser vistas com mais ou menos expressão em qualquer um dos movimentos re-

lacionados às ocupações e aos protestos no século XXI. Contudo, algumas têm uma perspectiva mais facilmente encaixada no modelo clássico marshalliano, ao passo que outras necessitam de maior adaptação à realidade atual, baseada em movimentos transnacionais e na ascensão dos direitos humanos como algo penetrável em todos os cantos do mundo pela pressão internacional. A seguir, temos um panorama dos elementos civil, político e social nos principais movimentos ocorridos, com ênfase no caso brasileiro.

A construção das liberdades individuais parecia havia muito ter sido resolvida nas sociedades fortemente industriais, tendo como pontos de referência a norte-americana e a europeia. Mesmo assim, diversos ataques do Estado, pelas forças policiais, e até a ilegalidade dos acampamentos em espaço público determinaram que a questão não estava tão bem-resolvida assim. A proibição de barracas no acampamento do Occupy Wall Street

em Nova York, liberando somente sacos de dormir, mostra um claro mecanismo do Estado para retirar de seus cidadãos a possibilidade de protesto, para não mencionar o ataque policial durante a passeata na Ponte do Brooklyn ou o caso do spray de pimenta no acampamento universitário da University of California – Davis (MEDINA, 2011). No entanto, podemos ver com mais preocupação os acontecimentos nos países periféricos, como no Norte da África ou mesmo no Brasil. Temos de considerar claramente que a violência policial foi um fator importante e um turning point em todos os movimentos que ocorreram pelo globo, mas a violência maciça nesses dois países, atingindo até membros da imprensa, como nas manifestações na cidade de São Paulo, demonstra um maior despreparo na condução da garantia da civilidade, como garantia dos direitos civis de todos, envolvidos ou não nas manifestações, evidenciando uma demanda maior desse fator em relação ao primeiro grupo.

O elemento político foi o mais amplamente debatido em todos os movimentos sociais, havendo diferença significativa entre dois grupos: primeiro os que lutavam por uma participação política clássica que lhes era negada, pela luta de superação de ditaduras, muitas vezes violentas não somente no patamar simbólico, mas opressivas por meio da violência baseada no monopólio do Estado. O outro grupo nasceu de um debate que vai além da democracia representativa como modelo central, uma superação com base na autonomia individual das pessoas, com a participação direta nas escolhas e nos rumos do Estado e de seus municípios e bairros. O exemplo brasileiro, como mencionado anteriormente, está entre esses dois modelos, apresentando demandas com fins claros e bem-definidos. Vimos no Brasil um amplo e significativo debate de reforma institucional baseado sobretudo em seus delegados, e não em uma reforma da democracia como modelo a

ser repensado e retrabalhado socialmente.

O princípio social da cidadania talvez tenha sido o mais estável entre os casos internacionais, pela capacidade de influência da crise financeira mundial de 2008 nessas sociedades. Mesmo assim, houve diferentes níveis de demanda, até porque há muita diferença entre uma luta contra a alta do preço dos alimentos, tendo como ponto central o pão, e contra problemas hipotecários dos cidadãos em relação aos bancos e ao mercado financeiro. Assim, é possível dividir, como o próprio Marshall faz, entre direito a bem-estar – como assegurar direitos básicos como saúde e educação, demandas claras da sociedade norte-americana, haja vista a quantidade de ocupações em universidades pelo abusivo valor dos empréstimos universitários – e uma luta clara de classes dentro de um Estado. O Brasil é considerado um caso à parte nesse âmbito, pelo ganho e ascensão de uma parcela

de brasileiros a patamares mais elevados de bem-estar – como o acesso a uma capacidade maior de consumo – durante a primeira década dos anos 2000. Isso traz um fenômeno interessante, pois a própria estabilização desse bem-estar trouxe mais ambição a um grupo que não se viu satisfeito somente com bens de consumo e buscou formas de bem-estar mais definidas no Estado, como saúde, educação e segurança.

Percebemos assim que o modelo marshalliano de cidadania ainda pode ser bem-aplicado às lutas sociais no século XXI, mas volto a reiterar que novas formas de demanda por cidadania podem ser inseridas nesse debate, como a questão dos imigrantes na Espanha e nos Estados Unidos, trazendo à tona uma discussão mais extensa e mais densa por meio do conceito de cidadania pós-nacional, ou até a relação islâmica com a democracia em países do Norte da África e do Oriente.

Conclusão

No presente artigo, observamos que os novíssimos movimentos sociais estão baseados em uma relação de redes e comunicação multimodais, on-line e off-line, tendo na ocupação sua determinação mais importante, criando uma passagem dos lugares para os fluxos. A tônica do debate não é dada on-line, mas sim pela interação entre as pessoas em ambientes como praças públicas, avenidas e acampamentos, que mostram uma perspectiva para a democracia que vai além da mera representatividade formal e clássica das urnas.

A questão da cidadania ainda é central da ótica da construção dos movimentos sociais de demandas gerais. A autonomia de ideias e a autorrepresentação não têm um ideal de individualização, segundo Castells (2013), mas de individuação, em que os projetos do indivíduo estão como centro do debate, mas não sozinhos; a formação

das redes é exatamente o encontro entre essas demandas de individuação que são iguais, parecidas ou complementares.

A característica híbrida dos espaços é baseada nessa construção de redes on-line e off-line da perspectiva inicial de indignação e, após a superação do medo, em redes de esperança, em que projetos são unidos em uma vontade mais generalizada de superação dos meios que são criticados.

Os protestos de junho, no Brasil, responderam a algumas das especificações mencionadas, mas houve algumas diferenças em relação ao panorama global dos movimentos sociais. A crise da representatividade esteve fortemente ligada a uma questão de delegação do poder, e não à construção de medidas e formas efetivas de superação das condições em longo prazo. Foi um movimento com demandas efetivas e reais, algumas tendo sido efetivadas e outras não, como a diminuição na tarifa de passagem (efetivada) e o passe livre (não efetivado).

Novas formas de posicionamento da população, com mais efetividade no jogo político nacional, têm acontecido, como o amplo posicionamento contra os desmandos da Fifa para a realização da Copa do Mundo – fato explicitado na Alemanha como algo que deveria ter sido feito no país quando do momento da realização do evento em 2006 (SPILLER, 21/6/2013). Certamente nada disso desaparecerá da realidade política nacional.

Novas demandas estão surgindo dia após dia, e velhas demandas estão à espera para ressurgir a qualquer momento. O debate democrático vem se

expandindo e tende a se expandir ainda mais no cotidiano nacional. As redes e sua interação com as mídias sociais mereceriam um debate exclusivo. Certamente o debate político nacional está em um momento aquecido, que deve se prolongar em 2014 com as eleições presidenciais e a Copa do Mundo da Fifa. Ao que parece, os vinte centavos foram apenas o blind de um jogo político que só está começando.

Referências bibliográficas

ALVES, Giovanni. Ocupar Wall Street... e depois? In: HARVEY, David et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 31-38.

BRYM, Robert et al. *Sociologia: sua bússola para um novo mundo*. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

CARNEIRO, Henrique Soares. Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, David et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 7-14.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da*

internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CORNILS, Patrícia. De quem é esta cidade? De quem é este lugar? 30/5/2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/caixa-preta/de-quem-e-esta-cidade-de-quem-e-este-lugar-6018.html>>. Acesso em: 31 maio 2013.

FREIRE, Vinicius Torres. Economia por si só não explica rebeliões. 6/3/2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0603201108.htm>>. Acesso em: 6 mar. 2011.

GOHN, Maria da Glória. Novas teorias dos movimentos sociais. São Paulo: Edições Loyola, 2008a.

_____. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008b.

HARVEY, David et al. Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, 2012.

MEDINA, Jennifer. California's campus movements dig in their heels. 2011. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/11/22/us/police-officers-involved-in-pepper-spraying-placed-on-leave.html>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

NASH, Kate; SCOTT, Alan (Org.). The Blackwell Companion to Political Sociology. 4. ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

PROCACCI, Giovanna. Governmentality and citizenship. In: NASH, Kate; SCOTT, Allan (Org.). The Blackwell Companion to Political Sociology. 4. ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2006. p. 342-351.

REDAÇÃO IHU. Twitter: a nova via da revolução? Carta Capital, 31/3/2011. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/tecnologia/twitter-a-nova-via-da-revolucao>>. Acesso em: 31 mar. 2011.

SIDDIQUE, Haroon. Mob rule: Iceland crowdsources its next constitution. 9/6/2011. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2011/jun/09/iceland-crowd-sourcing-constitution-facebook>>. Acesso em: 9 jun. 2011.

SPILLER, Christian. Danke, Brasilien! 21/6/2013. Disponível em: <<http://www.zeit.de/sport/2013-06/brasilien-proteste-fifa-danke>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

TARIFA ZERO. Movimento Passe Livre. Disponível em: <<http://tarifazero.org/mpl/>>.

Acesso em: 4 fev. 2014.

TOURAINÉ, Alain. ¿Podremos vivir juntos? Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.

VAINER, Carlos et al. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

ŽIŽEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. In: HARVEY, David et al. Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 15-25.